

# **TUPI E TAPUIAS NAS PÁGINAS DA REVISTA DO IHGB: A REPRESENTAÇÃO DA CIVILIZAÇÃO E DA BARBÁRIE NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NACIONAL**

Natalia Moreira da Silva<sup>1</sup>

## **Resumo**

Com a Independência e a formação do Estado Imperial a necessidade de construção de uma nação tornou-se premente. A História como disciplina terá nesse contexto importante papel, pois será na construção das histórias nacionais o momento de afirmar as próprias origens. O artigo trata da participação do IHGB nesse processo, tendo em vista que o Instituto teve importante função na construção de uma memória nacional exaltada na imagem do índio Tupi e nas críticas aos índios Tapuias. Trataremos das imagens e dualidades daí decorrentes, como as noções de “sertão” e “civilização”, bem como a correspondência entre “mansos” e “bravos” nas páginas da Revista do IHGB.

**Palavras-chave:** Nação. Revista IHGB. Indígenas. Sertão. Civilização.

Recebido em 22 de outubro de 2018 e aprovado para publicação em 29 de dezembro de 2018

---

<sup>1</sup> Doutorado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Correio eletrônico: nataliamor2005@hotmail.com

## Introdução

Com o advento da independência do Brasil e a formação do Estado imperial tornou-se necessária a construção de uma nação, que até então não existia. Cabia instituir uma unidade política, territorial e ideológica no “país” com o intuito de criar uma memória coletiva que unificasse a população em torno de uma única identidade nacional. Tendo em vista que o modelo de nação e identidade nacional era o europeu, guiado pelas ideias de progresso e superioridade do homem branco, era um desafio para os políticos e intelectuais do século XIX criar tal ideologia de Estado em um território repleto de negros e índios.

Prevalecia a ideia de que uma nação para ser constituída como tal deveria ser erguida sob um único território, um povo, uma língua e cultura comuns. Cabia aos políticos e intelectuais do pós independência formular soluções para homogeneizar a jovem nação. Nesse contexto ainda temos as teorias raciais, em voga na Europa, que propunham a inferioridade do continente americano e suas populações. Teorias que eram apoiadas em diversos pontos por políticos e intelectuais do império, muitos deles membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838. O IHGB teve como principal papel a dedicação à história do Brasil e a difusão do indianismo, que posteriormente se tornaria dominante.<sup>2</sup>

## O IHGB e a construção da memória nacional

Para Kaori Kodama, autora que analisou as produções feitas no IHGB com o viés de construção da nação, caberia ponderar que mais importante entender “do que” conheciam efetivamente os autores do Instituto, seria compreender “do como” eram capazes de conhecer algo.<sup>3</sup> Segundo Armelle Enders, que analisou a correspondência da sociedade política e a produção biográfica nas páginas da Revista do IHGB, “a administração da posteridade, por suas implicações sociais, produz o encontro da história com a memória, mistura os campos intelectuais e políticos”.<sup>4</sup> Sendo tão estreita a relação entre memória e história, bem como entre os campos intelectuais e políticos, que

<sup>2</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e civilização nos trópicos”. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, 1988, p. 5-27. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935> . Consultado em: 22/02/2018.

<sup>3</sup> KODAMA, Kaori. *Os Índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo EDUSP, 2009, p. 29.

<sup>4</sup> ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro: A Produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado”. *Revista Estudos Históricos*. v. 14, n. 25, 2000. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2114> . Consultado em: 25/02/2018.

eram os responsáveis por criar um projeto que homogeneizasse a população do império, seria na construção das histórias nacionais o momento de afirmar as próprias origens.

Para os liberais europeus do século XIX a definição de nação era algo grandioso. Eric Hobsbawm destaca que para os ideólogos da era do liberalismo burguês, entre 1830 e 1880, “o desenvolvimento das nações era inquestionavelmente uma fase do progresso ou da evolução humana que ia do pequeno ao grande grupo, da família à tribo, à região, à nação e, em última instância, ao mundo unificado do futuro”.<sup>5</sup>

A ideia vigente nos gabinetes dos políticos imperiais era a constituição de uma nacionalidade homogênea para o ingresso do Brasil na modernidade. No viés da ideologia liberal, a nação era parte da evolução a ser alcançada no século XIX. Nesse modelo, os povos pequenos teriam obrigatoriamente que se ajustarem ao progresso ou se tornarem um “repositório de nostalgia e outros sentimentos”.<sup>6</sup> Mas a ideia de “nação como progresso”, portanto a assimilação de comunidades menores pelas maiores, não implicava necessariamente em abandono de antigas lealdades e sentimentos de pertencimento, embora isso pudesse acontecer.<sup>7</sup> Na construção da nação, a questão de língua e raça eram importantes, mas o essencial era o compromisso com a ordem legal. Ela também dependia de uma reconstrução do passado, mas tinha que esquecer as desavenças entre os próprios membros. A lembrança do passado comum era importante para a formação da consciência e memória nacional; mas ela tinha que reforçar o esquecimento dos conflitos para a unificação.

De acordo com o historiador José Carlos Chiaramonte, que se propôs a estudar o conceito de nação situando-o em diversos períodos históricos e inserido nas lutas políticas, o critério étnico não era fator excludente a princípio, mas a partir de 1830, com o Romantismo e os mitos de “fundação da nação”, o critério étnico passa a ser fator de eliminação e exclusão de grupos.<sup>8</sup> Desse modo, sendo a nação um elemento identitário forjado, os relatos históricos sobre as origens de um povo são a dimensão mais clara do processo de construção nacional, cuja principal característica é a homogeneização dos indivíduos e a referência a uma única base cultural.<sup>9</sup>

---

<sup>5</sup> HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990, p. 50.

<sup>6</sup> HOBBSAWM, Eric. *Op. Cit.*, p. 53.

<sup>7</sup> HOBBSAWM, Eric. *Op. Cit.*, p. 51.

<sup>8</sup> CHIARAMONTE, José Carlos. “Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII”. In: I. JANCÓS, István. *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec. Ijuí: Editora Unijuí, 2003, p. 61-91.

<sup>9</sup> GONZALEZ, Francisco Colom. “A nação como relato: a estrutura narrativa da imaginação nacional.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2013, vol.28, n.82, p.108. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092013000200007&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092013000200007&script=sci_abstract) . Consultado em: 10/10/2018.

Segundo John Monteiro, dentre os objetivos do IHGB estavam a busca das origens da nacionalidade brasileira e a coleta de informações etnográficas no tocante aos povos em vias de extinção ou já extintos. Entretanto, com relação a melhor forma de se estudar a presença indígena no Brasil, estava longe de haver consenso entre os membros do Instituto.<sup>10</sup>

Em 1840, o IHGB lançou um concurso aberto a intelectuais que se dispusessem a elaborar um manual de como escrever a história do Brasil. O vencedor do concurso foi o botânico alemão Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), com a obra *Como se deve escrever a história do Brasil*.

Logo na primeira página do texto, von Martius, expõe os três elementos que, segundo ele, seriam os responsáveis para o desenvolvimento da nação:

São porém estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor cobre ou americana, a branca ou Caucasiana, e enfim a preta ou ethiopica. Do encontro, da mescla, das relações mutuas e mudanças d'essas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular.<sup>11</sup>

Era lançada a pedra fundamental sobre a teoria das três *raças*, conceito que era pouco desenvolvido no período, que no Brasil ganhou notoriedade e por várias vezes foi confundido com o conceito de *nação*.<sup>12</sup>

A partir do século XVII, o conceito de “raça” passou a ser usado regularmente no ambiente intelectual acadêmico e ganhou repercussão com o cientificismo no século XIX e as novas teorias que combinavam antropologia, fisiologia, evolucionismo e métodos antropométricos.<sup>13</sup> No cerne dos discursos estavam os debates a respeito das “raças superiores”, brancos e europeus, e as “raças inferiores”, ameríndios e africanos que deveriam ser assimilados ou desaparecer.

Para von Martius, o caso da formação do povo brasileiro era muito particular pois, segundo o autor, a “índole inata” de cada “raça humana” desenvolvia-se num “movimento histórico característico e particular”. Sendo assim, a mistura que se fazia no Brasil era diversa de qualquer outra já encontrada, e dessa “mescla” o “sangue

<sup>10</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Tupi, Tapuias e Historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Campinas: UNICAMP, 2001, p. 147. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/TupiTapuia.pdf> Consultado em: 14/02/2018.

<sup>11</sup> MARTIUS, Carl F. P. von. “Como se deve escrever a história do Brasil”. *RIHGB*, Tomo 6, p. 381-382. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19> Consultado em: 26/01/2018.

<sup>12</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Op. Cit.*, p. 171.

<sup>13</sup> ASCENSO, Gabriel da Silva e CASTRO, Fernando Luiz Vale (orgs.). *Raça : trajetórias de um conceito: histórias do discurso racial na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2015, p. 7.

Portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças India e Ethiopica”<sup>14</sup>.

Admirador das teorias do setecentos a respeito da degeneração e decadência do homem americano, von Martius dissertava que as populações indígenas do Brasil deixariam de existir num futuro bem próximo:

Investigações mais aprofundadas porém provarão ao homem desprevenido que aqui não se trata do estado primitivo do homem, e que pelo contrário o triste e penível quadro, que nos oferece o actual Indigena Brasileiro, não é senão o *residuum de uma muito antiga, porto que perdida história*.<sup>15</sup>

Nas primeiras décadas do século XIX, intelectuais europeus expunham teorias negativas a respeito dos africanos e dos nativos americanos, vindas ainda do século anterior. Teorias científicas e estéticas ganharam releituras e legitimações em vastos estudos antropológicos. A ideia de raça ganhou um sentido biológico e determinante na organização social, na língua e até mesmo na história de cada sociedade. Ao final do século XVIII, os africanos já eram tidos como um povo inferior aos demais.<sup>16</sup> Os nativos americanos e os povos orientais foram tachados como em estado primitivo, uma espécie de infância tardia. Marcados pelo evolucionismo, os índios deveriam cumprir etapas até chegar ao patamar de civilização dos povos do Ocidente.

58

Mas o que fazer com as populações indígenas enquanto não eram completamente absorvidas no “poderoso rio” de sangue português? Como construir a história de uma nação com um enorme número de populações indígenas e das mais variadas culturas espalhadas pelo imenso território do Brasil? E por fim, como criar uma identidade coletiva que se diferenciasse da europeia e fortalecesse os laços da nação? Parece simplório a princípio, mas a melhor saída foi colocar o índio no passado... a idealização de uma origem nos primeiros povoadores americanos.

Na polêmica de dar um destino às populações indígenas duas questões eram desafiadoras para a construção da nação. A primeira, o caráter antropológico, que era expresso pela contraposição dos “princípios universalistas do Iluminismo a uma emergente ciência da diferença, pautada em noções de raça e degenerescência”. A segunda era o caráter de cunho político, que “confrontava a necessidade de valorizar os

<sup>14</sup> MARTIUS, Carl F. P. von. *Op. Cit.*, p. 383.

<sup>15</sup> MARTIUS, Carl F. P. von. *Op. Cit.*, p. 385.

<sup>16</sup> SELA, Eneida Maria M. “A África carioca em lentes europeias: corpos, sinais e expressões”. *Revista Brasileira de História*. Vol. 26, nº 52. São Paulo, dezembro de 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882006000200009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200009) . Consultado em: 28/10/2017.

anteriores indígenas da nação brasileira - o que, afinal, a diferenciava dos países europeus - com a percepção negativa que se tinha dos índios na atualidade”.<sup>17</sup> Tratava-se de conciliar o caráter mestiço da matriz social com o desejo de ser considerado um país civilizado.

O grande número de populações indígenas, com os mais variados modos de vida, eram o grande empecilho para formar uma imagem de um único índio que pudesse ser associada aos interesses da nova nação.<sup>18</sup> Os vários documentos dos primeiros séculos de colonização, coletados pelo Instituto, tiveram um grande papel nessa elaboração. As crônicas, cartas e legislações recolhidas traziam o índio Tupi e seu contraponto, o Tapuia (o não-Tupi).<sup>19</sup> Binômio que nos documentos servia para explicar a diversidade cultural e linguística, mas no século XIX ganhou novos contornos. O índio Tupi seria considerado a personificação da matriz da nacionalidade e o Tapuia o índio que atrapalhava o progresso da nação e precisava ser civilizado ou exterminado.

Poucas imagens são tão fortes, ao longo do século XIX, do que a que descreve o Brasil como um “país” marcado pelas dualidades: “civilização” e “barbárie” ou “sertão litoral”. Evidentemente existiram outras dualidades criadas em relação aos indígenas como “mansos” e “selvagens” ou as de escopo regional como “botocudos” e “puris”, no caso do Rio Doce. O conceito de “civilização” e “sertão”, por exemplo, reúne vários sentidos e nos permite pensar diversos temas dentro do século XIX.<sup>20</sup>

O historiador Luís Filipe Silvério Lima, que pesquisou a dicionarização do termo “civilização” e seus correlatos, afirma que o “neologismo” somente foi incluído nos dicionários a partir do século XVIII. Entretanto, os seus vocábulos são menos recentes e datam do latim. Por exemplo, “civis” seria o correspondente de “cidadão ou cidadã” e “civitas” o correspondente de “cidade”.<sup>21</sup> As primeiras aparições da palavra civilização traziam o sentido jurídico, era a referência de tornar um processo criminal em civil. Lançado em 1771, o *Dicionário de Trévoux*, trouxe o termo “civilização” identificado como a necessidade de difusão da religião. Viver em sociedade era sinônimo de estar em acordo com os princípios do cristianismo. Em português, o termo apareceu pela primeira

<sup>17</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Op. Cit.*, p. 131.

<sup>18</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 136.

<sup>19</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Op. Cit.*, p. 172.

<sup>20</sup> KOSELLECK, Reinhart. “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

<sup>21</sup> LIMA, Luís Filipe Silvério. “Civil, civilidade, civilizar, civilização: usos, significados e tensões nos dicionários de língua portuguesa (1562-1831)”. *Almanack*. n.3, 2012 p.69-75. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-46332012000100066&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-46332012000100066&script=sci_abstract&lng=pt) . Consultado em: 14/09/2018.

vez no *Ensaio sobre alguns synonymos da língua portugueza*, publicado em 1824. Não dicionarizado ainda, estava inserido na explicação do verbete “civilizado”. Nele, a civilização era a linha que separava as sociedades com leis das sociedades de costumes bárbaros.<sup>22</sup>

No Brasil, o termo “civilização” virá acompanhado do termo “catequese” nas propostas de políticas indigenistas do governo. Para os políticos imperiais e para os membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, responsáveis pelo projeto de construção do Estado nação, a catequese era, boa parte das vezes, o meio ideal para civilizar o gentio. As guerras justas deflagradas no período colonial e início do século XIX eram repudiadas em favor de um projeto de civilização com religiosos espalhados pelos aldeamentos do sertão.

Sertão, por sua vez, foi descrito como um lugar não delimitado e com pouca ou nenhuma povoação. Para José Vieira Couto,<sup>23</sup> em 1799,

“Chamam-se Sertões nesta capitania (Minas Gerais) as terras que ficam pelo seu interior desviadas das povoações das Minas, e onde não existe mineração. Uma grande parte porém d’estes Sertões é formada pelas terras chans, que ficam da outra banda da Grande Serra, e ao poente d’ella: o Rio de São Francisco corre pelo seu centro e recebe as águas por um a outro lado de ambas as suas extremida-des”.<sup>24</sup>

60

Anos depois, o viajante Auguste de Saint-Hilaire explicava que

“O nome Sertão ou deserto não designa uma divisão política do território; não indica seção de espécie alguma; é uma espécie de divisão vaga e convencional determinada pela natureza particular do território e principalmente pela escassez da população”.<sup>25</sup>

As imagens criadas sobre o sertão nem sempre expressavam a realidade. Representar o sertão como um espaço vazio não queria dizer que não fosse habitado. Segundo Haruf Espindola, relacionar o sertão como um lugar distante não está

<sup>22</sup> LIMA, Luís Filipe Silvério. *Op. Cit.*, p. 78-80.

<sup>23</sup> Filho de Manoel Vieira do Couto e dona Thereza do Prado, e avô materno de José Vieira do Couto Magalhães, nasceu no arraial do Tijuco, hoje cidade de Diamantina, em Minas Geraes, a 19 de agosto de 1752 e faleceu a 15 de setembro de 1827 em sua fazenda do Gavião. Dentre suas obras podemos citar a *Memória sobre a capitania de Minas Geraes, seu território, clima e produções metálicas* (1799) e *Memória sobre as minas da capitania de Minas Geraes, suas descrições, ensaios e domicilio próprio á maneira de itinerário* (1801). BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883, p. 228-229.

<sup>24</sup> COUTO, José Vieira. “Descrição dos Sertões de Minas, despovoação, suas causas e meios de os fazer florentes (1801)”. *RIHGB*. Tomo 25, 1862, p. 430. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19> Consultado em: 17/04/2018.

<sup>25</sup> SAINT- HILAIRE, Auguste de. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975, p.20.

relacionado a geografia, mas a uma centralidade política, jurídica, militar ou eclesiástica não alcançada. A força das representações sobre o sertão está mais ligada às experiências sociais do sujeito do que à experiência histórica de fato.<sup>26</sup> Sertão seria uma região não delimitada, na qual o poder das autoridades imperiais e da Igreja ainda não tinham conseguido alcançar.

As imagens das regiões fronteiriças, dos índios e das relações com os colonizadores foram forjadas entre o “gabinete e o sertão”.<sup>27</sup> O sertão foi frequentemente sinônimo de assombro por ser ainda uma parte intocada do território.<sup>28</sup> Até início do século XIX, as zonas fronteiriças constituíram-se em áreas estabelecidas onde se destacaram as guerras violentas e acirradas por território e mão de obra, tornando-se conhecidas como focos de resistência. Portanto, as representações e imagens das regiões e seus povoadores foram feitas a partir de sentidos e significados que lhes foram atribuídos.

Essas dualidades marcam termos estruturantes que reúnem proposições e ideias presentes ao longo de debates políticos travados na época. São termos que reúnem vários sentidos e que são excludentes e opostos dentro do pensamento político. Permeando os debates teremos os questionamentos das potencialidades de civilização tanto de índios quanto dos mestiços e seus benefícios para a nação.

Como símbolo da nacionalidade, o Tupi, representava as alianças e a mestiçagem entre portugueses e índios, portanto, consolidaram a presença portuguesa no território americano. O *nheengatu*, língua geral instituída pelos jesuítas e ainda falada por caboclos e curibocas, passou a ser cultivada pelos intelectuais e tida como língua nacional.<sup>29</sup> Relegados ao passado das origens brasileiras, teriam desaparecido enquanto povo, mas contribuíram para a gênese da nação através da mestiçagem e da herança linguística. Do lado oposto temos o Tapuia, o índio vivo que era um obstáculo diante do projeto de consolidação de uma imagem nacional. A ele coube a pecha de selvagem, bárbaro que atrapalhava os progressos da nação e era o inimigo a ser combatido. Foi nesse contexto marcado por índios históricos e índios vivos, ideais de civilização iluminista contrastando com os relatos de selvageria e antropofagia de grupos de Botocudos do Rio Doce, que se deu o início da construção de uma identidade nacional.

---

<sup>26</sup> ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru: Edusc, 2005, p. 75-76.

<sup>27</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Op. Cit.*, p. 130.

<sup>28</sup> O sertão foi fonte de inspiração para romancistas brasileiros: José de Alencar, Euclides da Cunha, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa.

<sup>29</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Op. Cit.*, p. 172-173.



Por esta época, o Botocudo era o grupo indígena que despertava o entusiasmo da maioria dos viajantes e cientistas europeus. Tido como modelo de povo antropófago e “selvagem”, além de supostamente “primitivo” em comparação aos demais grupos. Localizados no Vale dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha, provocavam a fascinação por serem considerados extremamente selvagens e iguais a animais ferozes, o oposto dos Tupis do litoral.<sup>30</sup> Os Botocudos foram presença constante em periódicos provinciais e internacionais, relatórios de presidentes de províncias e na Revista do IHGB.

Em 1846, foi publicado na Revista do IHGB o *Relatório da exposição dos rios Mucury e Todos os Santos*, feito pelo engenheiro Pedro Victor Renault. O *Relatório* foi escrito em março de 1837 sob as ordens do presidente de província de Minas Gerais, Antônio da Costa Pinto. Procurando um lugar para instalar uma colônia para degredados, próximo a Minas Novas, Renault observa a prosperidade na qual a vila já havia estado e lista as prováveis respostas para a decadência na qual se encontrava. A primeira causa possível seria “o systema ruinoso da agricultura” que deveria ter cansado a terra. A segunda causa, na qual se debruça longamente, seria a presença dos Botocudos nas proximidades da vila. Os transtornos causados pelo gentio iam de prejuízos a abastados fazendeiros a impedimentos de abertura de estradas que começaram em 1816.<sup>31</sup>

Após coletar um pequeno vocabulário da língua dos Botocudos e listar as fertilidades do rio Mucuri, Renault conclui que

“O único obstáculo que se oferece pois a pôr uma comunicação por água entre esta tão desgraçada comarca de Minas Novas, é o número de *Bugres* que infestam as margens do Mucury, obstáculo este muito fácil a levantar, consistindo em confiar ao zelo de um homem prudente e de capacidade reconhecida a catequização dos selvagens habitados d'estas matas, e estou certo de que no espaço de dois anos contará o governo d'esta província este grande número de índios no seu seio: por esta obra de philantropia e de dever serão outra vez francas aos empreendedores as riquezas existentes no rio das Americanas, e que hoje não podem ser aproveitadas por causa da presença dos *Bugres*, como já disse.”<sup>32</sup>

Vale ressaltar que Victor Renault faz uma diferenciação bastante contundente com relação aos Botocudos. Os nativos não são descritos apenas como um conjunto genérico, mas um grupo claramente dividido em: Botocudos Jyporocas e Botocudos

<sup>30</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. “Política indigenista no século XIX”. In: CUNHA, M. C. da. (org.). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, p. 133-154.

<sup>31</sup> RENAULT, Pedro Victor. “Relatório da exposição dos rios Mucury e Todos os Santos”. *RIHGB*, Tomo 8, p. 357-358. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19> Consultado em: 14/09/2018.

<sup>32</sup> RENAULT, Pedro Victor. *Op. Cit.*, p. 373.

Nak-Nanuks. E esses dois grupos formavam a “grande nação dos *Botocudos*”, segundo o autor. Na divisão de Renault, os Nak-Nanuks, tidos como os “habitantes da serra”, figuravam como mais “mansos” e propensos a civilização enquanto o grupo de índios “selvagens” eram os Jporocas, que faziam medo até no grupo rival.<sup>33</sup> Os últimos ganharam esta designação por causa de seu líder, o cacique Jporok,<sup>34</sup> chefe indígena responsável pelo massacre na fazenda da família Viola, região do Mucuri.

Jporok liderou o ataque, em 1845, após reclamar duas meninas indígenas que haviam sido levadas para a fazenda, provavelmente suas filhas. Os *kurucas*, como eram chamadas as crianças levadas de aldeamentos para serem entregues a destacamentos, quartéis, famílias de colonos ou fazendeiros, eram muitas vezes resgatadas pelos pais que atacavam os locais em que viviam.<sup>35</sup> O caso dos Viola ganhou notoriedade pelo número de assassinatos, foram oito mortos, dentre eles estavam escravos e senhores.

A *Notícia sobre os Botocudos*, publicada em 1847, trazia um extenso vocabulário do grupo indígena inclusive com a forma de compreensão da língua

Segundo o príncipe Maximiliano de Neuwied, a língua dos Botocudos não distingue os gêneros nem os tempos dos verbos, os quaes fallam sempre no infinitivo e se confundem com o substantivo; a declinação apenas tem dois casos; o número plural se manifesta pela addição do termo *rouhou* ou *rouou*, que quer dizer muito; as vogaes são numerosas, e as articulações difíceis de serem percebidas (...).<sup>36</sup>

De acordo com Kaori Kodama, os estudos das línguas indígenas formaram a base da etnografia do Instituto. O avanço dos estudos da filologia comparada, no século XIX, forneceu um modelo importante para a etnologia desenvolvida no IHGB, sobretudo no que concerne às raças. Segundo a autora, uma “clara conotação monogenista”. Segundo os membros do Instituto, os grupos indígenas guardariam em suas línguas a trajetória de sua “fragmentação” com relação à nação de origem. A pureza da língua estava ligada às exigências de posituação da imagem da nação.<sup>37</sup> Daí decorrem os interesses em coletar vocabulários, não só dos Botocudos aqui tratados, mas vastas memórias linguísticas dos Tupi e outros grupos indígenas em menor medida.

<sup>33</sup> RENAULT, Pedro Victor. *Op. Cit.*. p. 360.

<sup>34</sup> Também pode-se encontrar a grafia *Jporok*.

<sup>35</sup> PARAÍSO, Maria Hilda B. “Os botocudos e sua trajetória histórica”. In CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 419.

<sup>36</sup> ANÔNIMO, A Redação. “Notícia sobre os Botocudos acompanhada de um vocabulário de seu idioma e algumas observações: por Mr. Jomard, membro honorário do Instituto.” *RIHGB*. Tomo 9, 1847, p. 108. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19> Consultado em: 25/06/2018.

<sup>37</sup> KODAMA, Kaori. *Op. Cit.*.p. 119-120.

Segundo Pedro Puntoni, a percepção de uma identidade linguística como principal elemento para uma classificação dos grupos nativos gerou uma base para estratégias de alianças feitas com os colonizadores. De acordo com o autor, a bipolaridade traçada no período colonial, representava o “corte entre aliados e inimigos, não só no imaginário, mas nos contextos concretos”.<sup>38</sup>

Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva remeteu para publicação na Revista do IHGB, em 1849, sua *Dissertação histórica, ethnográfica e política sobre... Quaes eram as tribus aborígenes que habitavam a província da Bahia ao tempo em que o Brazil foi descoberto: que extensão de terreno occupavam; e, em fim, quaes existem ainda e em que estado*. O texto era uma resposta à proposta de Francisco Freire Alemão, que em outubro de 1847, sugeriu solicitar aos presidentes de províncias informações sobre os diversos grupos indígenas que existiam nas diferentes regiões do Império. Cerqueira e Silva compara o indígena brasileiro aos do México em relação aos vestígios deixados, os nativos nacionais eram certamente inferiores por sua incapacidade de deixar grandes monumentos.<sup>39</sup>

Varnhagen também acreditava que em algum momento encontrariam no Brasil monumentos semelhantes aos dos México

“Não está em mim, digo, deixar de ter fé e fé viva em que um dia o acaso fará descobrir n'alguns pontos da vasta extensão do Brazil alguns monumentos de outra geração anterior, e mais civilizada que a raça degenerada, pela maior parte botocuda e canibal, que Deus não permitiu que continuasse por mais tempo a senhorear sem proveito tão abrigados portos, tão ricas minas, terras tão produtivas, paiz todo em fim tão importante que viria a estender a esfera dos conhecimentos humanos.”<sup>40</sup>

Citando Humboldt, Ayres do Casal e Saint Hilaire, Cerqueira e Silva baseou-se em Simão de Vasconcellos, ao reduzir “a duas nações os aborígenes de todo o Brazil”: a primeira “subdividida em tribus mais tratáveis, a principal das quaes compreende todos os bandos que ordinariamente corriam a costa e falavam o mesmo idioma, de que o venerando José de Anchieta compôs uma arte universal” e a segunda “nação genérica é

<sup>38</sup> PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil (1650-1720)*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000, p. 61.

<sup>39</sup> SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. “Dissertação histórica, ethnográfica e política sobre.. Quaes eram as tribus aborígenes que habitavam a província da Bahia ao tempo em que o Brazil foi descoberto: que extensão de terreno occupavam; e, em fim, quaes existem ainda e em que estado”. *RIHGB*, Tomo 12, p. 143. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19> Consultado em: 14/05/2018.

<sup>40</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. “Carta versando sobre a ethnographia, línguas, emigrações e arqueologia, padrões de mármore dos primeiros descobridores”. *RIHGB*, Tomo 12, p. 370. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19> Consultado em: 25/05/2018.

a dos Tapuias, subdividida (...) em perto de cem línguas”.<sup>41</sup> Nessa leitura percebemos a bipolaridade dos grupos indígenas em duas situações: a mais corriqueira sendo litoral/sertão e a segunda era a dualidade feita pela língua, divididos em falantes da língua Tupi e os não-falantes. Na concepção de formação da nação, onde o Tupi era considerado a imagem da nação, os não-falantes eram considerados mais selvagens ou decadentes.

De acordo com Cerqueira e Silva, a única “nação antiga de aborígenes (Aymorés) que ainda se conserva poderosa e pela maior parte selvagem” era conhecida

pela denominação de Botocudos (...). A ferocidade de seus maiores (...) tem servido de engrossar a opinião generalizada da crueldade dos Botocudos, e de dar corpo a publicações caluniosas contra elles, não escrupulizando até o severo historiador Southey em avançar - que os Botocudos, logo que colhem às mãos um prisioneiro, ainda vivo sorvem-lhe o sangue, para depois começarem o abominável festim, em que deve ser devorada a carne da vítima.<sup>42</sup>

Cerqueira e Silva ainda faria apontamentos para a civilização dos “índios bravos do império do Brasil”. Na sua defesa em relação ao modo de civilizar os grupos considerados bravos, a primeira coisa era conhecer “o que são e devem ser naturalmente os Índios bravos, para depois acharmos os meios de os converter no que cumpre que sejam”. Para tal propósito, o autor defendia a manutenção das bandeiras como forma de persuadir os índios “bravos”.<sup>43</sup>

No mesmo número da Revista, Varnhagen, devido à falta de informações sobre os nativos, elaborou um conjunto de perguntas para serem feitas nas províncias a respeito dos indígenas locais. Também refletiu a respeito do que estava sendo escrito sobre os indígenas e as informações obtidas até o momento.<sup>44</sup>

Só Hervas, no seu grande trabalho sobre línguas americanas, nos dá os nomes de 51 nações brasileiras, que segundo elle nada tinham em comum com as tribus Tupis e Guaranis (...). Assim quando eram inimigos, designavam-os com alcunhas ultrajantes, e verdadeiramente essa alcunha não devia sem injustiça ser considerado o nome da nação ou da raça. Assim sucedeu com o nome Tapuia, sobre que ainda hoje insiste a ignorância que haja sido o nome de uma grande nação, quando basta abrir qualquer dicionário ou vocabulário guarani para saber que Tapuia significa bárbaro; por outra os Tupis davam aos seus inimigos o mesmo epitheto que os Romanos antigos, e ainda hoje em dia [a]os Chins.<sup>45</sup>

<sup>41</sup> SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Op. Cit.* p. 152.

<sup>42</sup> SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Op. Cit.* p. 158.

<sup>43</sup> SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Op. Cit.* p. 228.

<sup>44</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Op. Cit.* p. 366-370.

<sup>45</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Op. Cit.* p. 369.

Apesar de pedir informações a respeito dos índios vivos, Varnhagen propunha a exposição nos museus e jardins botânicos das capitais provinciais, além das armas e instrumentos dos indígenas, os “monumentos sepulcrais”.

Convém que todos estejam persuadidos que o nosso passado, o atual império mesmo, interessará tanto mais às outras nações civilizadas e instruídas quanto mais longe podermos fazer remontar, não as fontes da nossa história, mas os mitos de seus tempos heroicos, mas as inspirações de sua poesia.<sup>46</sup>

## Conclusão

O Romantismo europeu buscou na idade áurea medieval e nos exóticos mundos ultramarinos as origens nacionais e a continuidade dos laços com os valores culturais “antigos”.<sup>47</sup> No Brasil, o aporte para a origem nacional estava no homem americano, no Tupi do litoral.

A obra de von Martius, ganhadora do prêmio de como se devia escrever a história do Brasil, instituído pelo IHGB, revelou a importância de se incluir o índio na memória nacional, como símbolo da nação. E sua proposta fundamental era o aperfeiçoamento das três raças, sendo que ao branco caberia o papel de civilizador.

No século XIX, a história como disciplina que era criada no IHGB estava coerente com os ideais de seu tempo. Uma história feita pela elite e voltada para as elites, na qual não existia espaço para os homens comuns, escravos africanos e muito menos para os índios vivos que deveriam ser assimilados. Segundo Maria Regina Celestino de Almeida, a história proposta era pragmática e linear, fundamentada nos ideais de civilização e progresso europeus.<sup>48</sup> Além do mais, buscavam uma história universalista, na qual os “homens primitivos” eram os ancestrais da raça humana, desse modo, o lugar do índio era mesmo no passado.

Em 1850, a Redação da Revista do IHGB pedia desculpas pela xilogravura quinhentista que mostrava um índio de aspecto mais “selvagem”. Afirmava que não era por “sentimentos de admiração por um chefe bárbaro da raça” que foi impressa a imagem o mais fielmente possível, mas “por amor da verdade histórica”.<sup>49</sup>

<sup>46</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Op. Cit.* p. 369-370.

<sup>47</sup> TREECE, David. *Exilados, aliados, rebeldes: o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial*. São Paulo: Nankin: Edusp, 2008, p. 18.

<sup>48</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Op. Cit.* p. 138.

<sup>49</sup> ANÔNIMO, A Redação. “O chefe índio Quoniambebe”. *RIHGB*. Tomo 13, p. 517. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19> Consultado em: 25/06/2018.

Há sim na guerra um ponto de contato entre a civilização e a barbaria; mas o homem civilizado reconhece na mesma guerra um recurso último, a última *ratio regum*, proveniente ainda da insuficiência do direito humano; e o bárbaro guerreia e faz mal só para obedecer a instintos brutais, que ele mesmo não sabe explicar, nem definir. Por agora, porém não façamos juízos preventivos acerca desse gentio célebre que ocupará um papel importante na nossa história, quando ela se escreva.